

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ELEITORAL: UMA ANÁLISE DO DOCUMENTO RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA GOVERNOS ESTADUAIS E FEDERAL EM QUESTÃO

Gabriele Favaro dos Santos¹
Gilmar Alves Montagnoli²

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso, realizado no âmbito do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, tem como foco as discussões em torno da Educação Inclusiva no atual contexto. A pesquisa é motivada pelo fato de que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva completar quinze anos em 2023, tendo motivado debates que a coloca à prova. Vemos a Política como um marco para a Educação Inclusiva no País, cujos resultados são percebidos na realidade da educação e na própria cultura brasileira. Não desconsideramos os desafios que existem no sentido de proporcionar uma verdadeira inclusão em todos os aspectos do termo. De modo mais específico, a pesquisa toma como foco o documento *Recomendações de Políticas de Educação Inclusiva para Governos Estaduais e Federal*, material que pretendeu, às vésperas das últimas eleições, contribuir com os planos de governo apresentados pelos candidatos. Há, portanto, no documento, uma compreensão acerca dos rumos da Educação Inclusiva na perspectiva do terceiro setor, o que merece atenção. A análise do material é realizada com base na Teoria Histórico-Cultural, visando compreender o movimento da realidade brasileira em torno da questão. Lembrando que princípios da Educação Inclusiva expressos na atual Política encontram aproximações com pressupostos da Teoria de Vigotski, sobretudo em seus fundamentos da defectologia, que propõe superar o paradigma excludente da educação para pessoas com deficiência de sua época. A pesquisa permite constatar que a orientação para os candidatos manifesta defesa da Educação Inclusiva, com ampliação de matrículas, mais recursos e formação ampliada aos docentes. No entanto, meios para os avanços não ficam claros no documento, o que evidencia seus limites.

Palavras-chave: Educação; Educação Inclusiva; Direito da Pessoa com Deficiência.

1 Introdução

É indiscutível a necessidade de garantir o acesso total de todas as crianças, adolescentes e jovens à escola pública, universal, gratuita e laica, independentemente de sua situação socioeconômica, região que vive, gênero e/ou por possuir alguma deficiência. Trata-se de um dispositivo constitucional.

Vale lembrar que a luta por esta Escola foi travada pela classe trabalhadora organizada, que verificou a necessidade de uma educação sistematizada para seus filhos, e após muita dor, suor e sangue de milhares de trabalhadoras e trabalhadores, a escola do capital foi conquistada. Por ser um verdadeiro produto da sociedade de classes, baseada na produção e valoração do valor, apresenta-se

¹ Aluna de graduação do Curso de Pedagogia. Autora da pesquisa.

² Professor Adjunto do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP/UEM) e do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI). Orientador da pesquisa.

como um espaço contraditório e antagônico, em disputa pelas classes e que deve ser periodicamente questionado, analisado e debatido (GARCIA, *et. al.* 2017).

Posto isso, entendemos que o ensino de qualidade deve ser para todos e verificamos a necessidade de se avançar nas políticas públicas brasileiras para que esse feito de fato ocorra. Desse modo, o objetivo deste trabalho é analisar o documento *Recomendações de Políticas de Educação Inclusiva para Governos Estaduais e Federal*, do *Todos pela Educação*, a fim de contribuir com planos de governo apresentado pelos candidatos nas últimas eleições (de 2022). A temática é motivada pelo fato da atual Política Nacional de Educação Inclusiva completar quinze anos, o que requer atenção para os seus feitos e desafios ainda a serem superados.

A análise tem como base pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, cujo expoente é o teórico russo Vigotski, que forneceu contribuições significativas para pensar a Educação Inclusiva, podendo tais pressupostos ser facilmente identificados na referida Política de Educação Especial do Brasil. A análise proposta no TCC, portanto, volta-se aos anseios atuais do terceiro setor em torno da Educação Inclusiva e da Escola Pública.

Importante considerar que a atual Política de Educação Especial tem sofrido ataques entre os anos de 2017 e 2022, sendo um exemplo a iniciativa do ministro da educação do governo Bolsonaro, Milton Ribeiro, de rever a iniciativa. Na ocasião, houve mobilização e a intenção do ministro foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O documento analisado na pesquisa foi lançado em agosto de 2022 pelo *Todos pela Educação* em parceria com o Instituto Rodrigo Mendes, carece de análise. As buscas realizadas no google acadêmico, para elaboração deste trabalho não encontraram publicações sobre o documento, o que, por um lado, impossibilitou uma revisão de literatura mais fundamentada, mas, por outro, assegura a originalidade e a relevância da proposta aqui lançada. É este um movimento necessário, uma vez que, apesar dos avanços no Brasil, a Educação Inclusiva tem enfrentado ainda muitas resistências e flagrantes ameaças de retrocessos.

A fim de dar conta dos objetivos apresentados, o artigo está assim organizado: inicialmente apresentaremos uma síntese da atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, situando o documento *Recomendações de Políticas de Educação Inclusiva para Governos Estaduais e*

Federal, que se apresenta alinhado à Política. Em seguida, analisamos o documento tendo como base Teoria Histórico-Cultural, que apresenta contribuições necessárias para pensar o processo de educação de pessoas com deficiência, bem como a importância de uma educação mais inclusiva.

2 A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: avanços e desafios

Implementada em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um importante avanço para a educação inclusiva brasileira. A medida expressa anseios de uma educação que trate a todos de igual modo, superando preconceitos que marcam a história da educação brasileira. O documento apresenta de forma muito clara o que se objetiva com a Educação em uma perspectiva da inclusão. Assim,

a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).

O que se verifica é a abertura de um horizonte de inclusão para as pessoas com alguma deficiência, isto porque há prerrogativas para uma prática pedagógica completamente diferente da que estava em curso. Desse modo, o que se tem observado nos últimos anos são diversas tentativas de se discutir as formas de implementação e cumprimento de direitos. É oportuno lembrar que o documento analisado na pesquisa transcorre suas recomendações tendo como embasamento jurídico-legal os termos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Sem desconsiderar os desafios, é preciso frisar que a medida tem ocasionado mudanças importantes acerca da própria concepção de deficiência. A presença de pessoas com deficiência em espaços comuns tem provocado

mudanças estruturais, de acessibilidade, de compreensão das diferenças, enfim mudanças de ordem cultural. No entanto, temos acompanhado nos últimos anos tentativas de rever a atual Política de Educação Inclusiva, o que consideramos ser um retrocesso.

Nesse sentido, Montagnoli e Coelho (2021, p. 155) discutem a iniciativa do então ministro da Educação do Brasil, Milton Ribeiro, que no final de 2021 tentou rever a atual Política de Educação Inclusiva, retomando modelos que os autores consideram ser segregacionistas. Para os autores, a atual Política de Educação Inclusiva “expressa a mudança nos rumos da Educação Especial no Brasil”.

A compreensão apresentada é que a partir da aprovação desta legislação um movimento de reflexões e confrontos foi se construindo para a sua efetiva implementação. Alguns anos se passaram desde que foi posta em vigor, porém, as políticas públicas inclusivas ainda se apresentam em processo de elaboração na maioria dos estados e municípios brasileiros. A urgência da realidade do país se apresenta e, conseqüentemente, as discussões e reflexões começam a tomar uma forma mais definida, por sorte a forma tem se aproximado da inclusão.

Ainda sobre os avanços, Montagnoli e Coelho (2021, p. 155) lembram que

[...] atualmente, as associações que representam as pessoas com deficiência e a ampla maioria dos pesquisadores dedicados ao tema destacam a importância da inclusão desses indivíduos na rede regular de ensino. Todavia, tais políticas encontram-se, dentro da lógica antagônica da sociedade de classes, em disputa. O que significa que se faz necessário atenção para qualquer movimento no sentido de trazer retrocessos, perda de direitos e exclusão de pessoas com deficiência de espaços sociais.

Reiteramos aqui que recentemente no Brasil, após a eleição de Jair Bolsonaro, cujo mandato durou de 2017 a 2022, uma parcela da população sentiu os impactos da política de exclusão adotada. Embora o ex-presidente assumisse um discurso inclusivo, tendo como ponto culminante a primeira-dama à frente destas temáticas e performando inclusão nas aparições públicas, utilizando uma comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais, o governo do primeiro ao último dia fez de maneira explícita e implícita um verdadeiro ataque aos direitos de pessoas com deficiência. Exemplo marcante disso foi o fim do Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência assinado por Jair em 2019.

Neste contexto, vemos como positiva a iniciativa da organização *Todos pela Educação* no sentido de trazer para o debate eleitoral a questão da inclusão da

pessoa com deficiência. Mais do que isso, estimular o compromisso de futuros representantes com a causa é algo a ser reconhecido. Por isso propomos a análise do documento *Recomendações de Políticas de Educação Inclusiva para Governos Estaduais e Federal*, material que não percebemos circulação no meio acadêmico, ao menos no que nos inserimos.

O documento foi lançado em agosto de 2022 pelas organizações Instituto Rodrigo Mendes (IRM) e Todos Pela Educação (TPE), com o alegado objetivo de contribuir com debates acerca da educação em uma perspectiva inclusiva.

[...] apoiar a tomada de decisão das diferentes esferas do poder público e articulamos junto aos principais atores para efetivar as medidas que podem impactar os rumos da Educação; de avançar na garantia do direito à educação de qualidade para todos e subsidiar os governos estaduais e federal com recomendações de políticas para a melhoria da Educação Especial na perspectiva inclusiva

O documento, produzido a partir das análises e discussões dos especialistas e organizações do terceiro setor, almeja contribuir com o avanço da educação inclusiva no país para os próximos governos. Este documento tem relação direta com o projeto *Educação Já 2022*, que se baseia em uma iniciativa que tem como objetivo contribuir na elaboração de uma agenda com intervenções sistêmicas para a Educação Básica do Brasil.

Este documento faz parte da iniciativa Educação Já 2022, que busca contribuir para a elaboração de uma agenda sistêmica para a Educação Básica brasileira nos próximos governos eleitos, com o objetivo de avançar na garantia do direito à educação de qualidade para todos. Neste material, são apresentados diagnósticos e recomendações de políticas para a melhoria da Educação Especial na perspectiva inclusiva, que podem contribuir para o debate qualificado e proposições nas gestões estaduais e federal (EDUCAÇÃO JÁ, 2022, p. 2).

As instituições responsáveis pela elaboração do documento são ambas sem-fins lucrativos, e se propõem a colaborar para a construção de um ensino de qualidade. Enquanto a TPE tem como foco contribuir para melhorar a Educação Básica no Brasil desenvolvendo ações que visam ampliar o senso de urgência para a necessidade de mudanças na Educação, produzindo conhecimento com o objetivo de apoiar tomadas de decisões das diferentes esferas do poder público, articulando junto aos principais atores, efetivando medidas para impactar os rumos da educação. O IRM tem como principal foco que pessoas com deficiência tenham uma educação de qualidade na escola comum. Trazendo em seus projetos a produção

de conhecimento e formação de educadores, oferecendo centenas de exemplos de conteúdos e atividades inclusivas para apoiar os profissionais que atuam na rede de ensino.

Sendo assim, avaliam que a junção das duas instituições para a elaboração do documento foi uma ação positiva, dado que a TPE cumpriu seu objetivo de produzir conteúdos de informações que colaboram com decisões do poder público e a IRM de proporcionar ações que visam a melhoria de pessoas com deficiência na escola comum. Nesse sentido, segundo o próprio documento, ele foi dividido da seguinte forma: o tema da Educação Especial, a partir da perspectiva inclusiva. No capítulo 2, trazemos um breve contexto e diagnóstico baseados em indicadores. Já no capítulo 3, são apresentadas algumas políticas relevantes de inclusão. E, por fim, o capítulo 4 traz recomendações que podem subsidiar as ações das próximas gestões estaduais e federal na pauta da Educação Especial Inclusiva.

É importante salientar que os dados do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado no ano de 2021, apresentam a constatação de que o número de matrículas de pessoas com deficiência, Transtornos do Espectro Autista e altas habilidades aumentou gradativamente ao longo dos últimos anos. Assim, relatou-se que no ano de 2017 o número de alunos incluídos era um percentual de 90,8% e, em 2021, cresceu para o percentual de 93,5%. Os dados possibilitam a reflexão sobre avanços, mas também revela desafios ainda persistentes no que se refere à, haja vista que o crescimento foi influenciado por conta do aumento no percentual de matriculados em classes comuns, isto é, na educação básica regular e não em turmas de atendimento educacional especializado (AEE).

Os dados da realidade brasileira apresentam um cenário propício ao debate sobre a temática da Educação Inclusiva e que pode levar a ações no âmbito das Políticas Públicas e do Direito, principalmente no que tange à garantia de uma educação para todos e todas, tal como apresenta-se assegurado nos termos do Artigo 205 da Constituição Federal de 1988

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.109).

A legislação brasileira apresenta de forma muito objetiva o seu compromisso com uma educação para a cidadania e para o trabalho, assumindo uma perspectiva formativa que visa o pleno desenvolvimento. Assim, nos termos da lei há de forma marcada a defesa de uma educação escolar que esteja aberta e que consiga receber, acolher e ensinar a todos que por ela passar. Entretanto, faz-se necessário recordar que historicamente no Brasil, há uma certa distância entre a legislação e o cotidiano dos trabalhadores. Em muitos casos, a lei assumida no país não passa de letra morta.

Na tentativa de efetivar o direito à Educação pública, universal, gratuita, obrigatória e laica, diversos segmentos se colocam a discutir, refletir e construir a escola brasileira, que embora tenha apresentado avanços, em alguns aspectos, no século XX e início do século XXI há diversas lacunas que precisam ser preenchidas, principalmente a da Inclusão de pessoas com deficiência na educação regular.

Nesse contexto, identificamos no documento *Recomendações de Políticas de Educação Inclusiva para Governos Estaduais e Federal* uma iniciativa nesse sentido, afinal, ele possibilita uma série de reflexões sobre a atual condição e os possíveis caminhos lançados para o futuro da educação, entendendo-a como uma construção social que deve ser realmente inclusiva. Além disso, o documento possibilita uma série de reflexões sobre os anseios do terceiro setor em relação à educação inclusiva e também à Escola Pública. A análise do documento é o assunto seguinte.

3 Análise do documento *Recomendações de Políticas de Educação Inclusiva para Governos Estaduais e Federal* em relação a Teoria Histórico Cultural.

É sabido que no quesito de desenvolvimento de pessoas com deficiência, grandes avanços podem ser percebidos no século XX e, de certa maneira, estendem-se ao século XXI tendo como cenário a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que após uma ação revolucionária, de caráter socialista, passaram a discutir sua realidade e, conseqüentemente, verificou-se a necessidade de se desenvolver um novo homem e uma nova mulher, com uma formação físico-psíquica completamente diferente do que havia de hegemônico do sistema baseado na exploração do homem pelo homem.

Os estudos dos psicólogos que ficaram conhecidos como fundadores da Teoria Histórico-Cultural, principalmente, Lev Vygotsky, Alexei Leontiev e Alexander Luria, são valiosos para entender as discussões daquele período e engendrar discussões contemporâneas, principalmente, de uma temática tão atual quanto a da Educação Inclusiva.

Desse modo, discutir o documento *Recomendações de Políticas de Educação Inclusiva para Governos Estaduais e Federal* tendo como base às proposições da Teoria Histórico-Cultural nos parece um exercício interessante para se pensar o movimento da realidade brasileira em torno das questões relacionadas às pessoas com deficiência e aos anseios atuais do terceiro setor em torno da educação inclusiva e da Escola Pública.

Posto isso, faz-se necessário uma breve retomada do próprio documento, que se apresenta com o objetivo de subsidiar a gestão dos governos estaduais e federal lançando recomendações de políticas públicas voltadas às especificidades das pessoas com deficiência, contribuindo com a construção de direitos, haja vista que, ao tornar-se política pública, as ações deixam de ser feitos de determinada gestão ou alinhamento ideológico-político.

O documento foi redigido após a Pandemia de Covid-19 e, por isso, apresenta-se como inserido no contexto mais imediato do Brasil, pensado englobando as problemáticas, ou o seu agravamento, desenvolvidas após este período tão mal administrado no país.

Em seu primeiro capítulo o texto apresenta uma discussão sobre a Educação Especial tomando como pressuposto a perspectiva inclusiva, assunto que é mais bem abordado na sequência do texto e defendido, inclusive com o foco de se enquadrar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, apresentam alguns dados que demonstram os benefícios de se adotar uma educação de caráter inclusivo e lança uma pequena crítica aos estabelecimentos segregados e segregacionistas de pessoas com deficiência. A defesa dos autores deste documento em relação à Educação verdadeiramente inclusiva é veemente.

O documento apresenta em seu segundo capítulo uma historicização das questões relacionadas às pessoas com deficiência, bem como um resgate histórico breve de algumas lutas levantadas pelos movimentos de defesa desta parcela da população e os avanços, principalmente no que tange ao educar e aprender. Para

pensar a especificidade brasileira, os autores do documento referem-se à legislação atual e apresentam os pontos que amparam e regulamentam a garantia de um sistema educacional inclusivo.

Corroborando com a defesa dos autores, eles apontam a já mencionada Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, implementada no ano de 2008, como o grande passo que possibilitou um aumento no número de pessoas com deficiência matriculadas na educação básica em escolas comuns. Diante destes números os autores, por entenderem ser um direito da criança ou adolescente com deficiência frequentar a escola que tem seus familiares, como primos, irmãos, sobrinhos etc. ou seus vizinhos e amigos, apontam a urgência de se alcançar o número de 100% das matrículas em escolas comuns, evitando qualquer tipo de segregação.

O documento abre brechas para refletir sobre a questão que acompanha a inclusão e, conseqüentemente, a entrada de pessoas com deficiência nas escolas comuns: o desafio de permanecer em um espaço que por muitas vezes se apresenta hostil e despreparado para a existência dessas pessoas. Mais que isso, os casos de evasão ou não matrícula, como apontam os autores do documento, podem ter relação direta com a situação socioeconômica do lar da criança ou adolescente e isso precisa ser discutido no âmbito da política pública. Um outro ponto defendido pelos autores do documento é a formação e qualificação dos professores que trabalham em escolas comuns, afinal, estes espaços, enquanto instituições públicas, devem estar preparadas para receber e atender qualquer cidadão sem nenhuma distinção.

Em seguida, os autores destacam alguns pontos relevantes que foram pensados em relação à inclusão durante a Pandemia de Covid-19, haja vista todo o caminho exaustivo que foi trilhado na adoção do ensino remoto emergencial que, devido a necessidade de rápida implantação, teve pouco olhar para as especificidades das alunos com deficiência. Os problemas enfrentados pelas famílias durante esse período foram gigantes, principalmente, nas famílias com crianças ou adolescentes que possuem alguma deficiência. Falta de orientação, de espaço adequado, de materiais propícios, de um apoio institucional, entre várias outras causas, tornaram esse momento uma experiência negativa no trato pedagógico de ensino-aprendizagem destes indivíduos.

Os autores entendem que a implementação das políticas públicas deve basear-se em dados estatísticos, porém, advertem para a escassez de dados nesse sentido, algo que não faz partes apenas da especificidade brasileira, ao contrário, a temática da deficiência encontra pouco espaço em que possa ressoar por todo mundo. Nesse sentido, verifica-se no século XXI o aparecimento mais frequente de tal temática em espaços de discussão, mas poucos dados efetivos de percentual de pessoas com deficiência alfabetizados ou em idade de alfabetização, por exemplo. Os autores defendem a necessidade de se ampliar os métodos de coleta e análise desses dados para se pensar em políticas públicas inclusivas.

Feito este panorama geral da situação da Educação Inclusiva no Brasil, o documento passa a apresentar algumas políticas públicas assumidas na perspectiva até então defendida e que são, de acordo com o documento e a sua demonstração registrada, ações exequíveis em países preocupados com esta temática. Por fim, na última parte do texto os autores apresentam algumas recomendações de políticas públicas para a Educação Especial, assim, apresentam-nas organizadas, tomada a prioridade de cada, em sete pilares de atuação que levam à desdobramentos para ações do Governo Federal e dos governos estaduais de todo o país.

A primeira prioridade para uma educação inclusiva para os autores de tal documento é garantir que todo aluno com deficiência seja matriculado em escolas comuns ou inclusivas. O segundo pilar está construído sobre o preceito de combater retrocessos nos Direitos de pessoas com deficiência e também a segregação dos estudantes da educação-inclusiva. No terceiro pilar, por sua vez, os autores apresentam a questão da produção de dados da educação brasileira, principalmente no que tange ao número de matrículas e evasão escolar de pessoas com deficiência. Em consonância com os demais, no quarto pilar os autores apontam a necessidade de se garantir a inclusão, mas também a permanência desses alunos. Os outros três pilares buscam estabelecer uma efetiva educação inclusiva, o quinto apresenta a dimensão da necessidade de investir na qualidade da Educação, o sexto apresenta a necessidade de se investir também em formação continuada para os professores, tomando como ponto de partida uma perspectiva inclusiva e o sétimo, no qual os autores aponta a necessidade de se investir recursos públicos nas escolas comuns, com foco a criar uma escola realmente inclusiva.

Ao apresentarem e destrinchar cada pilar deste com demonstrações cabais de como, por vias de legalidade, implementar uma educação pública que seja realmente inclusiva, sem a necessidade de se pensar em escolas segregacionistas. A defesa dos autores é veemente no sentido de se construir outra prática educativa de forma geral, porque, o que se verifica atualmente, além do despreparo estrutural e formativo das escolas e dos professores, é uma lei que na prática acaba tornando-se uma letra morta.

De um modo geral, é possível apontar que neste documento se apresenta uma preocupação legítima em relação aos direitos das crianças e adolescentes com deficiência, principalmente o direito de acesso à educação. A preocupação encontra respaldo em pressupostos de Vigotski, sobretudo em seus fundamentos acerca da Educação Especial.

A Teoria Histórico-Cultural foi gestada e concebida em um seio revolucionário e, por isso, é uma teoria revolucionária. Não é o caso de tratar de aspectos mais próprios da Teoria, mas é necessário situar as bases teóricas de Vigotski ao elaborar uma nova forma de se pensar a psique humana.

Esta Teoria assume como pressuposto filosófico o Materialismo Histórico, fundado por Karl Marx (1818 -1883) e Friedrich Engels (1920 - 1995) e, por conta disso, apresenta uma compreensão marxista de Ser Humano. Foi Marx com suas discussões e confrontos teóricos com Hegel (1770 - 1831) que possibilitou a reflexão de que a consciência humana é forjada na materialidade do seio social. um salto gigantesco na compreensão filosófica de que o Ser Humano constrói sua consciência ao construir sua vida mediata e imediata, isto é, que a objetividade determina a subjetividade porque o mundo material concebe o mundo ideal.

A partir destes postulados, os psicólogos soviéticos Lev Vygotsky, Alexei Leontiev e Alexander Luria destrinçam tal reflexão no campo da psicologia, avançando na tentativa de compreender profundamente a formação da psique humana para se construir um novo projeto social com um novo homem.

Pensando nisso, Leontiev (1978), em seu texto *O Homem e a Cultura*, na tentativa de combater as pseudociências racistas, eugenistas e higienistas explica que a espécie humana é um feito natural, fruto de um longo processo que contou com outro processo crucial, o de hominização. Para este autor, assim como para Marx e Engels, a categoria fundante do Ser Humano foi o Trabalho, este em sua forma mais abstrata, isto é, a ação humana sobre a natureza para suprir uma dada

necessidade (teleologia e causalidade) e é a partir dele que o Ser Social aparece na história natural dando um salto em relação ao seu estágio anterior de Ser Biológico e também Ser Inorgânico.

Nesta obra ainda, Leontiev (1978) é enfático ao apontar que a partir do longo processo de hominização, isto é, o processo em que o Ser Humano se constituiu como tal, as Leis Biológicas deixam de reger a vida, porque desde que o Ser Humano se hominizou as Leis Sócio-históricas passaram a determiná-la. A partir dessas colocações, o psicólogo leva o leitor a refletir sobre as possibilidades lançadas ao Ser Humano, a partir do Trabalho, de construir a sua emancipação. E, essa possibilidade de emancipar-se necessita, como ponto de partida, de um desenvolvimento que seja ilimitado. O autor entende que não há limites para o desenvolvimento humano, excetuando o da sociedade de classes que esbarra na propriedade privada dos meios de produção e, por isso, defende a necessidade de um apropriar da cultura produzida pelo seio social de forma coletiva.

O que foi apresentado em relação aos apontamentos de Leontiev permite entender um ponto fundamental para se pensar o processo de humanização e desenvolvimento defendido pelos criadores da Teoria Histórico-Cultural: o desenvolvimento humano é ilimitado.

Ao assumir este pressuposto, Lev Vygotsky (1983) apresenta uma série de estudos sobre o processo de desenvolvimento da psique humana, inclusive valiosos estudos especificamente sobre as pessoas com deficiência. Sobre isso, Ruppel, Hansel e Ribeiro (2021. 13) apontam,

[...] através das contribuições de Lev Vygotsky e até hoje vários de seus conceitos podem ser utilizados para subsidiar a práxis docente na promoção de um ensino adequado aos estudantes que apresentam deficiência, pois ressaltam as suas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem, retirando, do trabalho pedagógico, o foco das dificuldades.

Um bom exemplo prático da utilização da ciência para contribuir com o desenvolvimento humano de todos, sem qualquer distinção, foi a experiência da Escola de Zagorsk³, escola russa para crianças surdas e cegas, inspirado nos estudos de Lev Vigotski, que proporcionava uma metodologia de ensino e aprendizagem do mundo pensada para pessoas com deficiência, levando em conta a necessidade de aprendizagem e as possíveis zonas de desenvolvimentos que

³ Para uma completa imersão nesta experiência da URSS verificar o documentário *As Borboletas de Zagorsk*, produzido pela British Broadcasting Corporation (BBC) em 1992.

podem ser alcançadas por cada uma delas. Tudo isso para possibilitar a qualquer pessoa com deficiência que por lá passasse desenvolver autonomia para rotinas do dia a dia. Diniz (2014), ao analisar o documentário *As Borboletas de Zagorsk*, produzido pela British Broadcasting Corporation (BBC), em 1992, aponta que,

No documentário “As Borboletas de Zagorski”, o fio condutor das discussões, é passível de percepção a ideia da compensação social, na qual os indivíduos que apresentam limitações em algum órgão do sentido, principalmente audição e visão, tem a estimulação dos sentidos sadios para que de alguma maneira possa compreender e interagir com o universo social e cultural.

O que pode ser verificado nesta experiência é a prática de uma educação especial em uma escola especializada para o encaminhamento de crianças e adolescentes para o mundo, neste espaço era priorizado o desenvolvimento da autonomia e isso possibilitou a diversos alunos que por lá passaram ingressar em escolas comuns e até universidades. Acontecimentos que só foram possíveis porque desde tenra idade os alunos entenderam que sua deficiência não era um problema, ao contrário, era uma característica, uma especificidade, uma singularidade.

Estudos e apontamentos de Vigotski, que com obras como *A formação social da mente*, *Acerca dos processos compensatórios no desenvolvimento da criança mentalmente atrasada*, *A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da pessoa anormal* e *Fundamentos de defectologia*, possibilitaram avanços para seu tempo e os seguintes no que diz respeito à formação social da mente de pessoas com deficiência, bem como a própria determinação das deficiências.

Ao discutir o processo de desenvolvimento de pessoas com deficiência, o autor apontou o equívoco de se colocar um fim em tal processo, como se ao nascer com determinada deficiência o ser humano deixasse de sê-lo. Em seu termos,

A dificuldade na compreensão do desenvolvimento da criança atrasada surge porque o atraso foi tomado como coisa e não como processo. Isso encerrava o problema do desenvolvimento da criança atrasada. Daqui surgiu a noção de que é indubitável a existência de uma perturbação primária na oligofrenia e de que ela é o fundamento e o condutor de todo o desenvolvimento da criança. Entretanto, do ponto de vista dialético, não há noção mais equivocada e falsa do que essa, pois precisamente no processo de desenvolvimento, o primário, aquilo que surge no estágio

inicial de desenvolvimento, é repetidamente removido pelas novas formações qualitativas que surgem (VYGOTSKY, 2018, p. 4-5).

O que este autor estava defendendo em seu tempo era a necessidade de compreender os indivíduos com determinadas deficiências como seres humanos em processo de desenvolvimento e que, de diversas formas e por diferentes métodos, é possível realizar a sua inserção no mundo de maneira adequada, possibilitando-os autonomia.

No desenvolvimento das crianças mentalmente atrasadas, assim como no desenvolvimento de qualquer criança marcada por essa ou aquela deficiência, há processos que surgem do fato de que o organismo e a personalidade da criança reagem às dificuldades com as quais se defrontam, reagem à própria deficiência e, no processo de desenvolvimento, de adaptação ativa ao meio, produzem uma série de funções, com ajuda das quais compensam, equilibram, suprem a deficiência. Eu penso que essa questão diz respeito a uma noção biológica geral tão clara que quase não requer um desenvolvimento mais detalhado (VYGOTSKY, 2018, p. 5).

Os estudos realizados evidenciaram que o corpo organicamente cria mecanismos de adaptação e que outras potencialidades vão sendo descobertas e desenvolvidas em pessoas com deficiência. Nesse sentido, o autor é preciso ao apontar que, no que diz respeito ao processo de educação, entendido pelos proponentes desta Teoria como processo de apreensão do mundo real e da cultura sócio historicamente produzida, todas as crianças e adolescentes devem ter todos os seus sentidos aguçados, desenvolvidos e apreendidos.

Agora, o educador começa a compreender que, ao entrar na cultura, a criança não apenas toma algo dela, adquire algo, incute em si algo de fora, mas também a própria cultura reelabora todo o comportamento natural da criança e refaz de modo novo todo o curso do desenvolvimento (VYGOTSKY, 2011, p. 866).

Mais que isso, para o autor o processo de educação e de apreensão do que é ser Humano ocorra ao longo de toda a vida, por isso, Vigotski possibilita refletir sobre o caráter dialético do desenvolvimento humano e sobre o quanto a propriedade privada impossibilita seu livre movimento.

Os psicólogos da Teoria Histórico-cultural preocuparam-se em entender a formação e o desenvolvimento da psique humana em uma sociedade de classes, a sociedade cujo modo de produção da vida se dá de forma explorada no e pelo trabalho assalariado. Assim, por terem completa clareza (cuide com esses termos, procure sempre ser mais neutra) do que representa o antagonismo de classes e

luta que deve ser travada para a emancipação humana e o livre movimento do desenvolvimento defendem uma outra forma societária e outra forma de se educar, haja vista o contexto revolucionário em que estavam inseridos. Pensando nisso, é importante tomar consciência de que tais autores ao falarem de questões pedagógicas visavam construir o Socialismo, por isso, muitos de seus escritos e estudos são precisos para este momento histórico, todavia, valiosos na proporção para se pensar a prática educativa opressora e excludente praticada nas sociedades classistas. Ao falar em educação de crianças com deficiência, por exemplo, Vygotsky (2011) aponta,

Quando surge diante de nós uma criança que se afasta do tipo humano normal, com o agravante de uma deficiência na organização psicofisiológica, imediatamente, mesmo aos olhos de um observador leigo, a convergência dá lugar a uma profunda divergência, uma discrepância, uma disparidade entre as linhas natural e cultural do desenvolvimento da criança. Por si só, entregue a seu desenvolvimento natural, a criança surda-muda nunca aprenderá a falar, a cega nunca dominará a escrita. Aqui a educação surge em auxílio, criando técnicas artificiais, culturais, um sistema especial de signos ou símbolos culturais adaptados às peculiaridades da organização psicofisiológica da criança anormal (VYGOTSKY, 2011, p. 867).

As defesas do psicólogo soviético em relação ao constante processo de educar que todo ser humano perpassa tinham como preocupação central a valorização das potencialidades e das possibilidades. Lev Vygotsky, no campo da psique, apresentou diversos estudos sobre o salto de desenvolvimento cognitivo que ocorre com o processo de socialização e apreensão do real pela educação, em sua forma mais geral. O autor entendia que todas as crianças precisam ser estimuladas o tempo todo em seus sentidos, sentimentos, comportamentos, ações etc. para que consigam um desenvolvimento salutar e uma apreensão da realidade concreta, de forma qualificada.

A visão destes autores abriu caminhos no trato da educação pensada tomando em conta as especificidades de pessoas com deficiência, o que entende-se hoje por Educação Inclusiva. Vygotsky (2011), compreende que no processo educativo de qualquer criança deve-se levar em conta as suas necessidades mais pessoais. Isso porque o processo de desenvolvimento humano, como apresentado anteriormente, não segue as determinações biológicas, o que determina são as leis sócio-históricas e, em última instância, a forma como está organizada a produção da

vida imediata. Por isso, tudo aquilo que constitui o Ser Humano precisa ser corporificado em cada um, precisa ser apresentado, discutido e apreendido por todos.

A partir dessa discussão sobre os pressupostos e as defesas dos proponentes da Teoria Histórico-Cultural, faz-se possível observar uma certa proximidade ao documento nesta pesquisa analisado. É evidente que ambos apresentam um olhar mais cuidadoso com as questões relacionadas às pessoas com deficiência, principalmente no que tange ao processo pedagógico inclusivo.

Todavia, as proposições dos autores do documento brasileiro se colocam em uma perspectiva clara de defesa da educação posta, desde que sejam incorporadas as questões por eles apresentadas e defendidas, isto é, a discussão dos autores não se fundamenta em uma crítica à educação estabelecida na sociabilidade capitalista, muito menos aproxima-se de esboçar uma prática educativa mais progressista, a discussão deste documento é sobre a inclusão, quase que em seu sentido mais abstrato, o que não ocorre porque é focalizada a inclusão na educação. Ponto que não se assemelha às ideias dos psicólogos soviéticos, afinal, estes autores procuravam criticar e superar as práticas educativas baseadas no antagonismo de classes, tendo como horizonte uma nova forma societária e uma nova forma pedagógica. E no que diz respeito ao processo educativo de pessoas com deficiência os psicólogos defendem de maneira explícita a necessidade de confronto teórico-prático às perspectivas hegemônicas. Como apontam Montagnoli e Coelho (2021, p. 157)⁴,

[...] são oportunas as contribuições de Vygotsky (1997) sobre a defectologia, que se refere a estudos envolvendo crianças com vários tipos de deficiência. Uma consideração importante do autor para a discussão proposta no capítulo é a diferenciação de deficiência primária e secundária, estando a primeira ligada diretamente a fatores orgânicos, enquanto a segunda é uma consequência social da deficiência primária. Tais conceitos permitem afirmar que a ênfase da limitação da deficiência não é biológica, mas social.

Este parece ser o maior ponto de divergência entre estas perspectivas aqui apresentadas. Cabe salientar que esta diferença não é somente um acaso, ao contrário, os autores escrevem, como foi apresentado anteriormente, em situações

⁴ A obra de Vygotsky que estes autores apontam apresenta a seguinte referência: VYGOTSKY, L. S. Fundamentos da Defectologia. Madrid: Visor, 1997.

históricas completamente diferentes e isso interfere na elaboração dos respectivos documentos e apontamentos aqui analisados. A ausência da crítica à escola do capital deixa a inclusão muito à mercê de uma sociedade que exclui pela sua própria natureza. Logo, por mais que em outros aspectos a perspectiva assumida pelos autores do Documento brasileiro se aproxime dos postulados críticos soviéticos, a prática pedagógica estabelecida tenderá a ser continuadora da prática educativa que está em curso.

Evidente que os objetivos imediatos destes autores se aproximam, como por ser visto pensar as melhores condições estruturais, profissionais e físico-psicológicas para uma prática educativa inclusiva de pessoas com deficiência, porém, a prática educativa a médio e longo prazo por eles defendida difere largamente daquilo que era apresentado, discutido e efetivamente implementado pela perspectiva soviética.

No caso do Brasil, o documento é, sem dúvidas, um avanço, principalmente pela sua apresentação dos caminhos legais para a implementação das leis de Educação Especial sobre uma perspectiva inclusiva. Mas há necessidade de muitos debates sobre o conteúdo deste e a prática pedagógica assumida no país, para se avançar na superação do segregacionismo ainda hoje existente.

Considerações finais

O cenário das políticas públicas brasileiras para as pessoas com deficiência apresenta-se em um processo de construção e disputa, afinal, em diversos momentos históricos o apagamento destes indivíduos os impossibilitou de pensar suas necessidades e especificidades, bem como as formas de luta para que fossem estas atendidas. Desse modo, discussões e iniciativas visando atender essa parcela da população faz-se necessário e abre possibilidades de avanços na história. Analisar um documento publicado recentemente sobre uma temática que não há consenso, coloca a responsabilidade de se debater com rigorosidade estes assuntos.

Diante de tudo que expusemos, com risco de termos sido breves demais por conta do espaço, cabe salientar que o documento *Recomendações de Políticas de Educação Inclusiva para Governos Estaduais e Federal* apresenta uma perspectiva

muito aproximada do que era defendido pelos autores da Teoria Histórico-Cultural no que diz respeito à Educação Inclusiva, em outros termos e com outros objetivos históricos evidentemente.

O ponto de maior aproximação é com o compromisso de garantir que as crianças e adolescentes tenham uma educação que lhes dê condições de protagonizarem suas histórias com autonomia. Porém, como apontado anteriormente, as práticas pedagógicas, a compreensão de educação e de escola apresentadas no documento desconsidera limites impostos pela própria sociedade capitalista.

Temos concordância com a defesa pela educação pública e defesa das escolas comuns para os alunos com deficiência apresentada no documento. A luta que eles encampam é pelo fim da segregação dessa parcela da população. Ponto que converge com a perspectiva soviética, afinal, como posto anteriormente, a autonomia era um dos objetivos das intervenções pedagógicas baseadas nos estudos dos autores da Teoria Histórico-Cultural.

Dito isso, vale ressaltar os mecanismos legais que o próprio documento traz em seu corpo do texto, os autores demonstram as vias de legalidade para implementação de uma prática educativa diferente do que está ocorrendo no país. O Brasil enquanto país capitalista periférico, produto de um processo de violência e morte contra os povos originários e escravização e brutalidade dos povos negros, fundado sob a égide do patriarcalismo, apresenta uma síntese histórica muito diferente do que se pode verificar na URSS após 1917.

O cenário pós-revolução era de constantes debates para superar a condição de atraso posta, na tentativa de construir uma nova forma societária que não tivesse como princípio a propriedade privada, assim, emergia um contexto propício para ideias férteis e ações exitosas no trato de diversas problemáticas que a sociedade de classes produz, inclusive no trato de uma prática educativa inclusiva. A apresentação pormenorizada da lei pode suscitar discussões que levem o país a cumpri-la, haja vista que em muitos casos ela apenas está no papel e a prática cotidiana destoia. Cobrar por uma educação realmente inclusiva perpassa refletir diversas questões e o documento cumpre com esta tarefa.

Por fim, até o presente momento é possível apontar que o documento traz discussões necessárias, sobretudo em tempos de questionamentos à Política Inclusiva. Os constantes ataques e preconceitos enfrentados por esta parcela da

população vê neste documento a defesa pela inserção de suas demandas nos assuntos do debate eleitoral e isso contribui significativamente. No entanto, as instituições que o fizeram, por comporem o terceiro setor, não apresentam em seu texto os caminhos e os confrontos que devem ser travados para se ampliar os recursos para educação brasileira, visando a construção de uma prática educativa inclusiva.

O que se verifica ao não apresentarem no documento *Recomendações de Políticas de Educação Inclusiva* uma perspectiva crítica sobre a educação do capital é a possibilidade de se efetivar uma prática pedagógica com ar de inclusão e não uma ação efetivamente inclusiva. Destarte, cabe avançar neste debate que iniciamos aqui, confrontando o material analisado com a própria realidade brasileira, para avançar na construção de um país que supere sua atual condição de atraso e tenha um contexto propício para a construção de uma outra escola, baseada em princípios verdadeiros de Educação Inclusiva.

Finalizo esse trabalho com esperança e alegria, ao decorrer da construção da pesquisa onde pudemos observar os grandes impactos das ações do antigo governo em cima dos já avanços alcançados da educação inclusiva. O documento de recomendações nos trás esperança de que ainda tem como recuperar as perdas e alcançar novos ganhos na luta de uma educação de qualidade para todos.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020**: resumo técnico. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em 15 de março de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp. Acesso em 15 de março de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. DECRETO N° 10.502, DE 25 DE SETEMBRO DE 2022.

BRASIL. LEI N° 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de julho de 2015; 194° da Independência e 127° da República. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 15 de março de 2023.

DINIZ, AFB. As borboletas de Zagorski”: uma análise de princípios da defectologia vigotskiana. **História & Ensino, Londrina**, v. 20, n. 2, p. 171-189, 2014.

Garcia, Jeferson Diogo de Andrade; Lazarini, Ademir Quintilio Lazarini; Barbieri, Aline Fabiane; Mello, Rosângela Aparecida. A Origem da Escola Pública no Século XIX: Contraposição ou coerência com as Necessidades do Capital? **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão-Se, Brasil, v. 10, n. 21, p. 177-190, jan/abr, 2017.

LEONTIEV, Alexis. **O Homem e a Cultura**. In: LEONTIEV, Alexis. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Horizonte, 1978.

MONTAGNOLI, Gilmar Alves; COELHO, Marcos Pereira. **OS RUMOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES COM BASE NO DECRETO 10.502/2020**. In. Educação inclusiva, processos formativos e cidadania / Organizadoras Gizeli Aparecida Ribeiro de Alencar, Carla Figueira de Souza, Aparecida Meire Calegari-Falco. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021.

RUPPEL, Cristiane; HANSEL, Ana Flávia; RIBEIRO, Lucimare. Vygotsky e a defectologia: contribuições para a educação dos estudantes com deficiência nos dias atuais. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 8, n. 1, p. 11-24, 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA GOVERNOS ESTADUAIS E FEDERAL**. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/08/educacao-ja-2022-educacao-inclusiva.pdf>. Acesso em 15 de março de 2023.

VYGOTSKY, L. S. **Acerca dos processos compensatórios no desenvolvimento da criança mentalmente atrasada**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 44, p. 01-22, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep-44-e44003001.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

VYGOTSKY, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da pessoa anormal. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v37n4/a12v37n4.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas** – Tomo V: Fundamentos de defectología.
Madrid: Visor, 1983.